



**UNILA**

Universidade Federal  
da Integração  
Latino-Americana

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E  
SEGURANÇA ALIMENTAR (DRUSA)**

**MULHERES BENEFICIÁRIAS DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE  
RENDA E SUAS PERCEPÇÕES SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR**

**ILÊNIA LUIZA GEDOZ DAS NEVES**

Foz do Iguaçu

2022



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,  
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA  
ALIMENTAR (DRUSA)**

**MULHERES BENEFICIÁRIAS DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E  
SUAS PERCEPÇÕES SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR**

**ILÊNIA LUIZA GEDOZ DAS NEVES**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
APRESENTADO AO INSTITUTO LATINO-  
AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E  
POLÍTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, COMO  
REQUISITO PARCIAL À OBTENÇÃO DO TÍTULO  
DE BACHAREL EM DESENVOLVIMENTO  
RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR.**

**ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. ERIKA  
MARAFON RODRIGUES CIACCHI**

Foz do Iguaçu

2022

ILÊNIA LUIZA GEDOZ DAS NEVES

**MULHERES BENEFICIÁRIAS DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE  
RENDA E SUAS PERCEPÇÕES SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
APRESENTADO AO INSTITUTO LATINO-  
AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E  
POLÍTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, COMO  
REQUISITO PARCIAL À OBTENÇÃO DO  
TÍTULO DE BACHAREL EM DESENVOL-  
VIMENTO RURAL E SEGURANÇA  
ALIMENTAR**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Profa. Dra. Erika Marafon Rodrigues Ciacchi - UNILA

---

Prof. Dr. Regis da Cunha Belem- UNILA

---

Profa. Dra. Ana Paula Araújo Fonseca – UNILA

Foz do Iguaçu, 05 de agosto de 2022.

## TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Ilênciã Luiza Gedoz das Neves

Curso: Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar

		Tipo de Documento
<input checked="" type="checkbox"/> graduação	<input type="checkbox"/> artigo	
<input type="checkbox"/> especialização	<input checked="" type="checkbox"/> trabalho de conclusão de curso	
<input type="checkbox"/> mestrado	<input type="checkbox"/> monografia	
<input type="checkbox"/> doutorado	<input type="checkbox"/> dissertação	
	<input type="checkbox"/> tese	
	<input type="checkbox"/> CD/DVD – obras audiovisuais	

Título do trabalho acadêmico: MULHERES BENEFICIÁRIAS DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E SUAS PERCEPÇÕES SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR

Nome do orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Erika Marafon Rodrigues Ciacchi

Data da Defesa: 05 / agosto / 2022

### Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, 05 de agosto de 2022.

---

Assinatura do Responsável

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por permitir chegar até aqui e concluir mais uma etapa da minha vida e também ao meu marido, por me incentivar e dar todo o suporte para eu continuar o curso até o fim.

Gostaria de agradecer aos meus familiares e amigos que compreenderam minha ausência e também me incentivaram a continuar o curso apesar das adversidades.

Aos companheiros e companheiras do curso, agradeço pelo carinho, afeto e a amizade de vocês. Obrigada pela valiosa contribuição durante a jornada.

Enfim, a professora orientadora, e a todos os docentes do curso de DRUSA que transferiram seus conhecimentos em classe e colaboraram para hoje estar concluindo a graduação.

NEVES, Ilência Luiza Gedoz das. **MULHERES BENEFICIÁRIAS DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E SUAS PERCEPÇÕES SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR.** 2022. 50 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

## RESUMO

A fome e a alimentação deficiente de nutrientes causam um abismo no desenvolvimento humano e no crescimento de um país. Com base nessa problemática, o presente trabalho teve como objetivo principal apresentar a situação de (in)segurança alimentar e nutricional de dez famílias que são beneficiárias de programas de transferência de renda em um bairro de Foz do Iguaçu, PR. A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é um conceito que foi sendo formado no decorrer dos anos. Ela visa garantir ao cidadão alimento com qualidade e na quantidade suficiente para viver bem. Sendo assim, a mulher exerce função principal em relação a alimentação familiar, pois é ela que na maioria dos lares está preocupada com a alimentação. Por conta disso, o governo optou pelas mulheres para serem as titulares nos programas de transferência de renda. Partindo dessa perspectiva, o método aplicou-se o questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), e também um roteiro de perguntas com perguntas abertas com dez mulheres, as elas responderam de acordo com o entendimento individual. Notou-se que a maioria das entrevistadas, tem pouca ou nenhuma escolaridade, vive em casas que não oferece conforto para os membros da família, e que a alimentação diária não é variada e nutritiva. Portanto, a maioria das entrevistadas vive em situação de insegurança alimentar (IA), embora, não tenham a real percepção dessa realidade. Conclui-se que a transferência de renda, realizada através de programas sociais, é muito importante para as famílias desprovidas de condições financeiras. No entanto, esses recursos financeiros são insuficientes para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das beneficiadas. Por fim, mesmo sendo insuficientes, os programas de transferência de renda têm a aprovação das pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social. Isso ocorre devido a percepção limitada de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que possuem e pela situação de dependência do benefício, pois em muitos casos é a principal fonte de renda da família.

**Palavras-chave:** Segurança e Insegurança Alimentar e Nutricional. Mulheres. Famílias. EBIA. Transferência de Renda, BPC. Auxílio Brasil. Pobreza.

NEVES, Ilência Luiza Gedoz das. FEMALE BENEFICIARIES OF INCOME TRANSFER PROGRAMS AND THEIR PERCEPTIONS ABOUT FOOD SECURITY. 2022. 50 pages. Completion of course work on Rural Development and Food Security – Federal University of Latin American Integration, Foz do Iguaçu, 2022.

## ABSTRACT

Hunger and nutrient deficient diet cause a chasm in human development and the growth of a country. Based on this problem, the main objective of this work is to present the situation of food and nutritional (in)security of families that are beneficiaries of income transfer programs in a neighborhood of Foz do Iguaçu, PR. Food and nutrition security is a concept that has been formed over the years. It aims to guarantee citizens food with quality and in sufficient quantity to live well. Thus, the woman plays a main role in relation to family food, as it is she who in most homes is concerned with food. Because of this, the government chose women to be the holders of income transfer programs. From this perspective, the method applied was a survey using the questionnaire of the Brazilian Scale of Food Insecurity, and also a script of questions which they answered freely according to how they live. It was noted that most of the interviewees have little or no education, live in houses that do not offer comfort to family members, and that the daily diet is not varied and nutritious. Therefore, most of the interviewees live in a situation of food insecurity, although they do not have a real perception of this reality. It is concluded that the transfer of income, carried out through social programs, is very important for needy families. However, these financial resources are insufficient to guarantee the Food and Nutrition Security of the beneficiaries. Finally, even though they are insufficient, income transfer programs have the approval of people who live in situations of social vulnerability. This is due to the limited perception of SAN they have and the situation of dependence on the benefit, as in many cases it is the main source of family income.

**Key words:** Food and Nutrition Security and Insecurity. Women. families. EBIA Income Transfer. BPC. Brazil help. Poverty.

NEVES, Ilência Luiza Gedoz das. **MUJERES BENEFICIARIAS DE PROGRAMAS DE TRANSFERENCIA DE INGRESOS Y SUS PERCEPCIONES SOBRE LA SEGURIDAD ALIMENTARIA**. 2022. 50 páginas. Finalización del trabajo de curso sobre Desarrollo Rural y Seguridad Alimentaria – Universidad Federal de la Integración Latinoamericana, Foz do Iguaçu, 2022.

## RESUMEN

El hambre y la dieta deficiente en nutrientes provocan un abismo en el desarrollo humano y el crecimiento de un país. A partir de esta problemática, el presente trabajo tuvo como principal objetivo presentar la situación de (in)seguridad alimentaria y nutricional de familias beneficiarias de programas de transferencia de ingresos en un barrio de Foz do Iguaçu, PR. La seguridad alimentaria y nutricional es un concepto que se ha formado a lo largo de los años. Pretende garantizar a los ciudadanos alimentos de calidad y en cantidad suficiente para vivir bien. Así, la mujer juega un papel principal en relación a la alimentación familiar, ya que es ella quien en la mayoría de los hogares se preocupa por la alimentación. Debido a esto, el gobierno eligió a las mujeres para ser las titulares de los programas de transferencia de ingresos. En esa perspectiva, el método aplicado fue una encuesta utilizando el cuestionario de la Escala Brasileña de Inseguridad Alimentaria, y también un guión de preguntas que respondieron libremente según cómo viven. Se notó que la mayoría de los entrevistados tienen poca o ninguna educación, viven en casas que no brindan comodidad a los miembros de la familia, y que la alimentación diaria no es variada y nutritiva. Por tanto, la mayoría de los entrevistados viven en situación de inseguridad alimentaria, aunque no tienen una percepción real de esta realidad. Se concluye que la transferencia de ingresos, realizada a través de programas sociales, es muy importante para las familias necesitadas. Sin embargo, estos recursos financieros son insuficientes para garantizar la Seguridad Alimentaria y Nutricional de los beneficiarios. Finalmente, aunque son insuficientes, los programas de transferencia de ingresos cuentan con la aprobación de las personas que viven en situación de vulnerabilidad social. Esto se debe a la limitada percepción que tienen del SAN y a la situación de dependencia del beneficio, ya que en muchos casos es la principal fuente de ingreso familiar.



**Palabras clave:** Seguridad e Inseguridad Alimentaria y Nutricional. Mujeres. Familias. EBIA. Transferencia de Ingresos. BPC. Ayuda Brasil. Pobreza

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNDO</b> .....	13
<b>2. A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL</b> .....	14
2.1 A FOME NO BRASIL E A PANDEMIA DA COVID-19.....	15
2.2 A POBREZA NO BRASIL E AS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS PARA A SUA REDUÇÃO .....	17
<b>3.PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL</b> .....	17
<b>4.A MULHER E OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA</b> .....	19
<b>5. METODOLOGIA</b> .....	25
<b>6.SITUAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR DAS ENTREVISTADAS</b> .....	26
6.1 GRAU DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E PERFIL SOCIOECONÔMICO .....	36
6.2 PERCEPÇÃO DAS MULHERES TITULARES DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA EM RELAÇÃO À SAN .....	38
6.3 O IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DE PROGRAMAS SOCIAIS .....	38
<b>7.CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	38
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	39
<b>APÊNDICE</b> .....	48
<b>ANEXOS</b> .....	49

## INTRODUÇÃO

A fome e a alimentação deficiente de nutrientes causam um abismo no desenvolvimento humano e no crescimento de um país. De acordo com a Rede Penssan (2021) esse problema tem se agravado em território brasileiro nos últimos anos, tendo sido potencializado devido aos impactos socioeconômicos decorrentes da pandemia causada pela Covid 19.

O debate em torno da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) tem aumentado e passa por constantes adequações a cada ano. Vale ressaltar que a alimentação adequada é um dos direitos humanos previstos em pactos internacionais, em que o Brasil é signatário, e também está no artigo 6º da Constituição Federal de 1988. No entanto, nem todos os brasileiros possuem acesso ou condições financeiras suficientes para garantir uma alimentação saudável em quantidade e qualidade suficiente.

A alimentação irregular e deficiente de nutrientes prejudica gravemente a saúde das famílias brasileiras, sendo causa de desnutrição crônica e de obesidade em crianças e adultos (UNICEF, 2019). Um dos fatores que contribuem para o deterioramento dessa situação é a condição de miséria e vulnerabilidade social que muitas dessas pessoas vivem, não possuindo condições financeiras de comprar seu próprio alimento, dependendo do auxílio de programas sociais desenvolvido pelo governo e de doações realizadas por redes de apoio para poderem compor a renda que propicia a sua alimentação diária.

Uma pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional publicado no site da Agência Brasil (2021), informa que 64% das famílias chefiadas por mulheres vivem em estado de insegurança alimentar.

Com base nesse contexto, a segurança alimentar e nutricional é um grande desafio para as famílias. As mulheres se destacam por possuírem um papel fundamental na liderança e sustento de muitos desses lares carentes. Sendo assim, a mulher fica responsável pelo sustento e educação dos filhos, e por possuírem uma escolaridade baixa, acabam não conseguindo bons empregos, vivem na informalidade e acabam ficando dependentes de participar de programas de transferência de renda do governo (BRASIL, 2021). Em face

disso, resta a essas mulheres, que devido a situação de necessidades básicas que vivem, recorrerem a programas sociais do governo para compor a renda que vai auxiliar na sua subsistência e de sua família.

O objetivo desse trabalho é apresentar a situação de (in)segurança alimentar e nutricional de famílias que são beneficiadas por programas de transferência de renda em Foz do Iguaçu-PR, associando essa condição ao perfil de mulheres que são chefes de famílias.

Para lograr êxito nessa pesquisa será necessário alcançar os seguintes objetivos específicos: i) Levantar grau de segurança alimentar das famílias e caracterizar o perfil socioeconômico das mulheres. ii) Analisar a percepção das beneficiárias acerca dos programas em relação à segurança alimentar. iii) Analisar o impacto da pandemia sobre a segurança alimentar e nutricional.

Portanto, direcionar o estudo para as mulheres chefes de família auxilia na compreensão de como elas vivem e de onde tiram seu sustento, e como essas mulheres conseguem administrar a casa com o salário que ganham ou com o benefício que recebem do governo e compreender a maneira como elas entendem o que é segurança alimentar e nutricional.

## 1. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNDO

A primeira Guerra Mundial foi um marco importante para a Segurança Alimentar. A guerra é devastadora e traz consequências terríveis, muitas perdas para as famílias e provocou traumas irreparáveis na vida da população. A escassez de alimentos, foi um dos traumas vividos que aumentou a miséria e a fome. No entanto, foi a partir da guerra que os governantes perceberam que não era possível continuar ocultando esse fato. A fome ficou explícita em todo o planeta. Dessa maneira, a fome foi usada como vantagem por alguns países, principalmente entre os mais desenvolvidos como forma de demonstrar seu poder sobre outros que não teriam condições de alimentar adequadamente sua população.

Após o término desse período de conflito entre nações da Europa, começou a ser utilizado o termo “Segurança Alimentar”. A partir daí, percebeu-se que o alimento poderia ser utilizado como uma arma de poder sobre o povo e exercer controle sobre países incapazes de produzir seus próprios alimentos. Por isso, o termo Segurança Alimentar representou a segurança nacional de um país. Se o país produzia e estocava alimentos suficiente para alimentar sua população então ele seria um país soberano. Esse pensamento permaneceu até a década de setenta quando os estoques mundiais estavam muito abaixo do esperado por causa das quebras constantes nas safras. Em 1974, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) promoveu a 1ª Conferência Mundial de Segurança Alimentar na tentativa de resolver a demanda por alimentos. A indústria química defendeu a revolução verde e o uso de insumos químicos como a solução para as questões alimentares. Ainda na década de setenta os estoques aumentaram, mas não resolveram o problema da fome mundial (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2000).

Embora os estoques de alimentos estivessem em quantidade suficiente, a fome persistia no planeta. A fome não era um problema apenas de estoque, era mais complexo que os governantes imaginavam.

Como produzir e ter estoques não era suficiente para eliminar a fome do planeta, percebeu-se que para haver segurança alimentar era necessário que o povo pudesse acessar os alimentos e para isso, em 1983 foi definido novo

conceito de segurança alimentar pela FAO o qual passou por várias modificações até 1996 quando foi conceituado como:

a segurança alimentar existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico e econômico a uma alimentação que seja suficiente, segura nutritiva e que atenda às necessidades nutricionais e preferências alimentares, de modo a propiciar uma vida ativa e saudável (FAO, 1996).

Esse conceito foi transformando-se no decorrer dos anos com base nas necessidades da sociedade, a preocupação principal é com a alimentação saudável e nutritiva, garantindo acesso a uma vida de qualidade para todos.

## **2. A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL**

Ao longo de sua história o Brasil, desde a época do colonialismo até os dias atuais, enfrenta graves problemas quando se trata da garantia em quantidade e qualidade da alimentação adequada ao seu povo.

De maneira geral, a alimentação do brasileiro é precária, apresentando realidades distintas nas diversas regiões do país, sendo em algumas mais graves, ocorrendo situações de fome crônica, enquanto em outras são mais discretas ocorrendo a subnutrição (CASTRO, 1984).

Citar Josué de Castro é uma maneira de demonstrar que pouco avançamos em questões relacionadas a Segurança Alimentar e nutricional.

As políticas públicas deveriam ocorrer de maneira pontual ou pelo menos de modo a abranger uma determinada localidade, para atingir um público específico, pois as necessidades não ocorrem da mesma maneira em todos os lugares e ao mesmo tempo. É de fundamental importância os estudos concentrados para extrair a real necessidade de cada povoado e com os resultados cada gestão pública possa atuar com a máxima eficiência.

As dificuldades que as famílias encontram para acessar os alimentos evidenciam a Insegurança Alimentar e Nutricional podendo ter sérios problemas relacionados com a saúde e o bem-estar individual. No caso do Brasil, por sua

extensão territorial, a insegurança alimentar e nutricional torna-se ainda mais grave por conta da realidade de cada região. Por isso, para identificar a vulnerabilidade de cada região é necessário estudos direcionados os quais indicam quais são e como aplicar as políticas públicas em prol da segurança alimentar. (BEZERRA et al. 2020)

Para que houvesse uma mudança nesse panorama histórico brasileiro, foi instituído em 2006 durante o governo Lula, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), por meio da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Houve um avanço significativo, pois, foi um marco institucional no campo das políticas públicas propondo a alimentação digna como um direito de todos.

A partir de 2010, a alimentação passou a ser garantida como direito social básico na Constituição Federal, conforme pode ser visto em seu artigo 6º:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 2015).

Ainda em 2010, o Decreto nº 7.272/2010 instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), estabelecendo quatro elementos fundamentais para estruturação do SISAN: os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), as Câmaras de Gestão Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), as Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional (CSAN) e os Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional (PlanSAN), em um modelo que deve ser replicado nas três esferas de governo por meio da adesão dos níveis estadual e municipal (MACHADO et al. 2018).

## 2.1 A FOME NO BRASIL E A PANDEMIA DA COVID-19

A fome é uma triste realidade que milhões de brasileiros enfrentam todos os dias na luta pela sobrevivência.

Dados estatísticos da pesquisa conduzida pela Rede Penssan (2022), revelam que cerca de 30,1% dos domicílios vivenciavam restrição quantitativa dos alimentos, dos quais 15,5% estavam convivendo com a fome (Insegurança Alimentar grave), representando cerca de 125,2 milhões de pessoas em situação de Insegurança Alimentar (IA), e mais 33 milhões em situação de fome (IA grave), mesmo número de pessoas em situação de Insegurança alimentar que ocorria em 1992, demonstrando grave retrocesso nesse aspecto social, e colocando novamente o Brasil no mapa da fome da ONU.

No Brasil a luta contra a fome iniciou com Josué de Castro e com Betinho, estudiosos que lutavam contra a fome que, apesar das dificuldades, auxiliaram o Brasil com ações e políticas voltadas para a garantia do direito a uma alimentação adequada para a população brasileira. A falta de alimentação adequada provoca vários problemas como a desnutrição, raquitismo, anemias, além de outros vários distúrbios nutricionais e doenças. Essa ausência de nutrientes afeta o corpo, especialmente o sistema imunológico, deixando a pessoa exposta a diversas patologias. Vale ressaltar também que o indivíduo com carência de alimentos no organismo não consegue desenvolver suas atividades por falta de energia, e que após um período prolongado de fome crônica, esse indivíduo pode falecer (DAS NEVES LENQUISTE, 2019).

Como relatado acima, a luta contra a fome faz parte do cotidiano da sociedade brasileira há muitos anos, e com a chegada da pandemia da Covid-19 piorou ainda mais a situação de muitas famílias, pois muitas pessoas perderam seus empregos ou ficaram impedidas de trabalhar, impossibilitando que tivessem condições financeiras para comprar alimentos. De acordo com II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN), apresentado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN) em 2022, aponta que o problema da insegurança alimentar e da fome tem se agravado em território brasileiro nos últimos anos, tendo sido potencializado devido aos impactos socioeconômicos decorrentes da pandemia causada pela Covid 19.

Segundo Francisco Menezes, consultor da Rede Penssan (2022), podem ser citados três fatores que explicam essa situação. O primeiro é o forte



empobrecimento de grande parte da população. O segundo foi o comportamento do mercado de trabalho, com desalento e queda da renda média (que é a mesma de 2011). O terceiro é o desmonte dos programas de segurança alimentar e proteção social.

Essa situação de fome e insegurança alimentar nos domicílios brasileiros já vinha apresentando sinais de agravamento nos últimos anos devido à crise econômica que ocorreu a partir de 2014. Porém, a redução de políticas sociais, de programas de transferência de renda e a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) em 2019, entre outras medidas realizadas pelos governos Michel Temer e de Jair Bolsonaro, contribuíram diretamente para que a situação de segurança alimentar das famílias brasileiras piorasse (SCHAPPO, 2021).

## 2.2 A POBREZA NO BRASIL E AS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS PARA A SUA REDUÇÃO

A pobreza está intimamente ligada à fome e constitui um mal sistêmico da estrutura econômico-social do Brasil, que figura dentre as nações com mais desigualdade de renda do mundo. São aproximadamente 40 milhões de pessoas que vivem na linha da pobreza, metade das quais formando o extrato da indigência. Existe, portanto, a necessidade da adoção de uma agenda variada de medidas que devem ser competentemente coordenadas para que os objetivos da segurança alimentar e do bem-estar nutricional sejam definitivamente incorporados no exercício de um novo modelo de desenvolvimento econômico, social, político e cultural do Brasil (BATISTA FILHO, 2003).

Estimativas de pesquisadores da FAO indicam que a população mundial no ano de 2050 poderá ser de 9,3 bilhões de pessoas, e que no ano de 2100 cerca de 12 bilhões de pessoas. É possível que os países estarão em dificuldades para alimentar a todas as pessoas, em quantidade e qualidade requeridas a uma correta nutrição (OLINGER, 2015).

Segundo Rodrigues (2005), uma das grandes causas da desnutrição é a pobreza, situação de dificuldade em que as famílias de renda baixa enfrentam

todos os dias para adquirir alimentos variados que supram as necessidades nutricionais diárias.

É importante destacar que a pobreza não é um fenômeno recente, tendo suas origens desde o processo de formação econômica do Brasil, ainda que aprofundada e complexificada na década de 1980 após as sucessivas crises econômicas registradas no país. No combate à fome e a pobreza no Brasil ao longo dos anos diversas ações e políticas públicas e econômicas foram desenvolvidas visando diminuir as desigualdades sociais históricas do país, chegando a atingir grandes resultados nos tempos de democracia mais recente, quando o Brasil saiu oficialmente do mapa da fome da ONU.

Em 2002, quando houve eleições para presidente e o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito, praticamente um terço da população brasileira passava fome, isto é, cerca de 50 milhões de pessoas sofriam com a falta de alimentos diariamente. Assim que Lula assumiu a Presidência da República, um dos primeiros atos como presidente foi colocar em prática o Programa Fome Zero. (SILVA et al, 2019).

Em seu discurso de posse o Presidente Lula disse que a missão de sua vida estaria cumprida se ao fim de seu mandato:

“cada brasileiro pudesse tomar o café da manhã, almoçar e jantar todos os dias.”

Pode-se dizer que Lula teve êxito em sua missão. O período entre 2004 a 2014 foi muito expressivo em questões de Segurança Alimentar e Nutricional, pois o Brasil traçou metas e políticas públicas para erradicar a pobreza em seu território. Nesse contexto, vale destacar que, segundo o GT AGENDA 2030 (2017), o Brasil atingiu sua meta em 2014, com a redução da pobreza extrema em seu território, através dos programas de transferência de renda que beneficiaram as populações que viviam em situação de vulnerabilidade e em 2014 o Brasil saiu da linha da pobreza.

Segundo SILVA, et al (2019), a ideia do Programa Fome Zero não era apenas garantir o alimento para os mais carentes, mas criar meios para que essa população tivesse recursos para poder ir ao comércio e comprá-los. Com isso o país todo foi beneficiado, pois a renda recebida pelas famílias em situação de

vulnerabilidade movimentou o comércio local, aumentou a produção e consequentemente os postos de empregos.

### **3. PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL**

A principal causa da pobreza e da fome é a concentração de renda. Para mudar essa perspectiva em 2001 foi lançada a proposta nacional do Programa Fome Zero. Em 2003 foi colocado em prática pelo então presidente Lula da Silva. O governo Federal trabalhou em conjunto com os governos estaduais e municipais. A ideia era eliminar a fome no Brasil, entre os anos de 2003 a 2010. Vários programas de transferência de renda foram criados nesse período entre eles o Bolsa Família. O governo Federal obteve êxito com os programas e o Brasil passou a ser referência mundial e serviu de modelo para outros países. (DELGROSSI et al. 2019).

Os programas de transferência de renda, foram instituídos para que as pessoas pudessem acessar os alimentos com meios próprios e escolhê-los ao seu gosto. Eles fazem parte de um conjunto de ações e de políticas públicas voltadas para enfrentamento e diminuição da pobreza no Brasil, possibilitando o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social.

Para as famílias entrarem em um programa de transferência de renda e continuarem recebendo é necessário que elas cumpram alguns requisitos como: fazer um cadastro no local que a prefeitura indicar, as crianças devem frequentar uma escola e terem a carteira de vacinação atualizada, que as gestantes façam o pré-natal, no caso do Bolsa Família (Hoje Auxílio Brasil) que seja a mulher responsável em receber a renda destinada a família (SILVA et al, 2019).

Para uma pessoa carente acessar qualquer um dos benefícios de transferência de renda que estão disponíveis pelo governo é necessário que antes ela faça seu cadastro de cidadão na cidade onde reside e mantê-lo atualizado.

O Cadastro Único (CadÚnico) é o principal cadastro usado por programas e políticas voltadas para populações de baixa renda no Brasil. Foi criado para consolidar os programas de transferência de renda e unificar o

cadastro de cada indivíduo, facilitando a coleta de dados. No início os cadastros eram mantidos separados nos ministérios ou nas agências de assistência social, e as informações dos cadastrados eram repetidas em cada base de dados, não havia controle efetivo unificado, não era necessário atualizar os dados, com isso algumas famílias recebiam vários benefícios enquanto outras ficavam de fora dos programas. Através do CadÚnico a base do cadastro das famílias foi unificada e hoje serve de apoio para programas dos governos no âmbito Federal, Estadual e Municipal. (MOSTAFA, SÁTYRO. 2014).

O Programa Fome Zero foi o limite entre o saber e o fazer, uniu ministérios com o propósito de formular políticas para erradicar a fome no Brasil, para que cada cidadão conseguisse se alimentar com dignidade. O programa tornou-se real através da cooperação de vários atores, passou por várias fases e recebeu o apoio da sociedade, mobilizou gestores, pesquisadores, ativistas, organismos e organizações nacionais e internacionais (ARANHA, 2010).

Na implantação do Programa Fome Zero em 2003, havia 24,9% da população brasileira na linha da pobreza, em 2015 constatou que esse número havia diminuído e estava em 8,7%, em 12 anos de programa a redução foi de 16, 2%. (CAVALCANTE et al. 2019). Assim, percebe-se que o Programa Fome Zero foi um divisor de águas na vida de muitas pessoas, ele teve uma relevância considerável, pois influenciou a vida de muitos daqueles que viviam as margens da sociedade.

O Programa Bolsa família é um programa de transferência de renda, que surgiu no final de 2003 a partir da unificação de uma série de programas preexistentes, bastante inspirado pelo programa de renda mínima vinculado à educação, o Bolsa Escola e foi instituído para combater a pobreza. Porém, a família que deseja receber esse benefício tem algumas responsabilidades que deve cumprir, essa responsabilidade é uma maneira de incentivar as famílias a procurar por educação e saúde e dessa forma garantir o acesso da população mais pobre a direitos sociais básicos. A seleção dos beneficiários é, em geral, realizada pelos órgãos municipais de assistência social, ficando a gerência do programa a cargo do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e as operações de pagamento sob responsabilidade da Caixa Econômica Federal (MEDEIROS, BRITTO, SOARES. 2007).

O programa Auxílio Brasil substituiu o Bolsa família, seguindo os mesmos objetivos, foi aprovado pela Medida Provisória N° 1.061, de 9 de agosto de 2021. (GOV.BR,2021).

O Benefício da prestação Continuada (BPC), é um benefício dirigido a pessoas com deficiência, não importando a idade do indivíduo, também esse benefício é destinado para idosos a partir de 65 anos. A renda familiar não pode passar de um quarto do salário-mínimo vigente. O Benefício da prestação Continuada, é um direito do cidadão estabelecido na constituição de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), em 1993. Em 1995 iniciou com a administração conjunta da previdência e da assistência social no governo federal. Hoje o benefício é administrado pelo órgão gestor da assistência social que solicita uma perícia no caso de pessoas com incapacidade de trabalhar, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o indivíduo passa por médicos peritos da Previdência que avaliam o grau de incapacidade. O Benefício da prestação Continuada exige apenas um laudo médico no caso de incapacidade de trabalhar ou atingir a idade mínima de 65 anos (MEDEIROS, BRITTO, SOARES. 2007).

Para a ex-ministra Wanda Engel (2022), os programas de transferência de renda são fundamentais para as famílias que estão na linha da pobreza, sendo o primeiro passo para lutar contra a desigualdade social no país, embora não seja o único. A transferência de renda deve ser associada a condições de acesso a uma educação de qualidade e boa saúde. Isso é importante, pois é possível construir uma porta de entrada no mercado de trabalho para que essas pessoas efetivamente saiam do Cadastro Único, e conseqüentemente da pobreza.

#### **4. A MULHER E OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA**

Organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas declaram que a pobreza tem o rosto da mulher, porque elas sofrem discriminação em relação aos homens e vivem em situação de vulnerabilidade e não recebem a atenção necessária do Estado cerca de 1,2 bilhões de pobres são mulheres; as mulheres trabalham mais horas e recebem menos que os

homens, raramente atingem uma posição em cargos elevados; a maioria dos analfabetos são do sexo feminino: uma em cada três mulheres é chefe de família e assume sozinha o sustendo e a educação dos filhos (COSTA,2009)

Os programas sociais de transferência de renda desenvolvidos pelo governo brasileiro atuam de maneira a colocar a mulher como foco prioritário de alcance, e até objetivo de suas intervenções, buscando o combate à pobreza. A mulher, a partir de suas funções no lar e sua responsabilidade com a família, tem sido, portanto, a agente principal dessas ações, tanto como titular do benefício quanto no cumprimento das condicionalidades impostas.

A cada dia que passa aumenta o número de mulheres que são responsáveis economicamente pela manutenção da família, principalmente nas famílias de renda baixa (FLECK, WAGNER. 2003).

No decorrer da história constata-se que a mulher sempre foi responsável em cuidar da família, sendo então, a pessoa mais adequada de receber a renda destinada a família procedente dos programas do governo.

As mulheres têm a preferência para ser a titular do Programa Bolsa Família. Elas contam com a aprovação da maioria da população, pois segundo a pesquisa são elas que conhecem as necessidades da família e direcionam os recursos recebidos para prover a alimentação da família. O que se espera do programa é diminuir a pobreza. (DE BRITO, COSTA. 2015).

No Brasil é comum que a mulher seja responsável pelas atividades domésticas, familiares e também pela alimentação da família. Por esse motivo, é possível que as famílias chefiadas por mulheres correm maior risco de insegurança alimentar quando comparadas com famílias chefiadas por homens. O Programa Bolsa Família pode auxiliar na desejada autonomia às mulheres beneficiadas através das condicionalidades impostas pelo programa forçando o governo investir em políticas para incluí-las no mercado de trabalho (DE BRITO, COSTA. 2015)

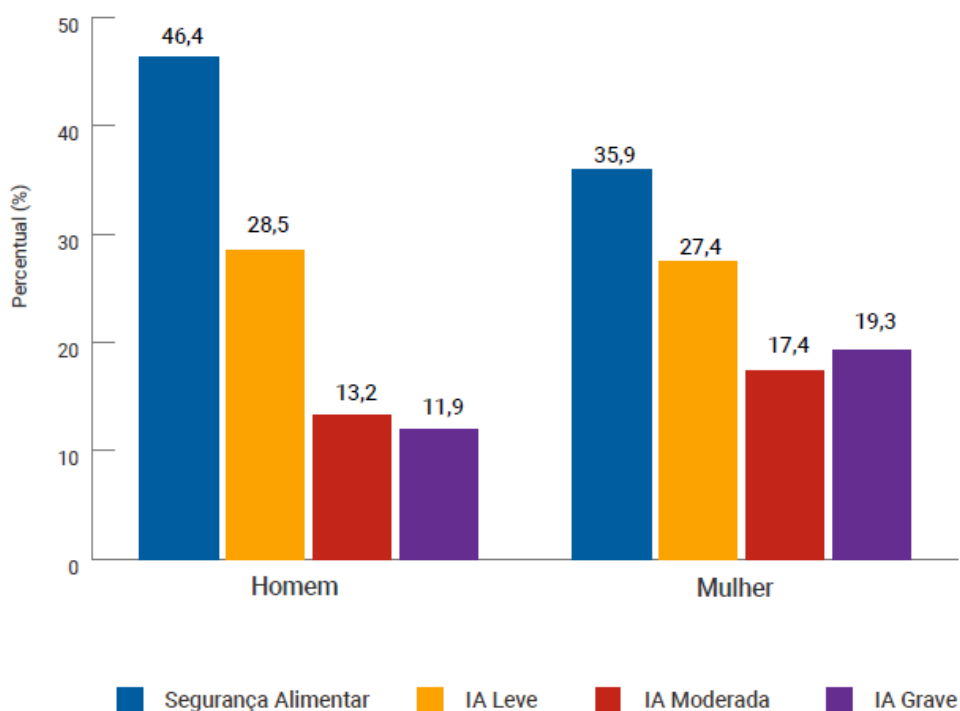
Hoje, algumas famílias mantêm o modelo tradicional de divisão de tarefas, o pai responsável em suprir as necessidades econômicas da família e a mãe responsável pela educação dos filhos e com os cuidados domésticos. Em algumas famílias as tarefas são divididas entre marido e a esposa, ambos colaboram com as tarefas relacionadas com a educação dos filhos e a organização da casa. Ainda tem as famílias nas quais a mulher é a única

mantenedora financeira e ao mesmo tempo ela é responsável pelo trabalho doméstico e pela educação dos filhos. (WAGNER, 2005).

Geralmente as mulheres no âmbito familiar preocupam-se e atuam mais nas atividades domésticas e familiares, o que inclui a alimentação da família. No Brasil, as chances de existência de insegurança alimentar moderada são maiores nas residências chefiadas por mulheres, comparativamente aos chefiados por homens (DE BRITO, COSTA. 2015).

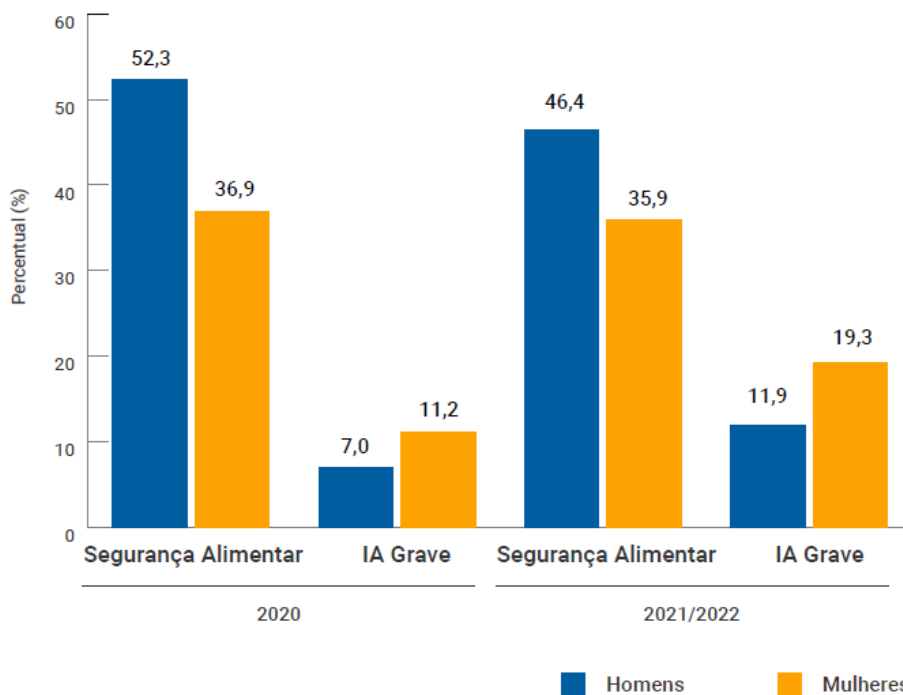
A insegurança alimentar (IA) está diretamente relacionada a condições de desigualdade, e no caso das famílias chefiadas por mulheres isso tornou-se mais visível através dos impactos socioeconômicos causados pela pandemia da Covid-19. O relatório II da Rede Penssan (2022) apontou que mais de seis em cada dez (64%) domicílios com responsáveis do sexo feminino estavam em algum nível de IA. Destes 19,3% em situação de fome (gráfico 1).

**Gráfico 1 - Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo o sexo da pessoa de referência do domicílio, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.**



Em comparativo com o I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar, o relatório deste ano (II VIGISAN) demonstrou em seus resultados que as tendências de desigualdades de gênero continuaram ocorrendo e se ampliando, pois nos domicílios onde a mulher é a referência o aumento da Insegurança Alimentar foi significativamente maior em comparação com os homens (gráfico 1).

**Gráfico 2 - Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar (IA) grave, segundo sexo da pessoa de referência, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.**



Fonte: Rede Penssan (2022)

As mulheres que se encontram nos segmentos mais pobres da sociedade foram mais fortemente atingidas pelos impactos negativos da Insegurança Alimentar, influenciados diretamente pelos efeitos na economia causados pela pandemia da Covid-19 e desestruturação das políticas sociais de transferência de renda.



O II VIGISAN (gráfico 2) revela diferença importante entre gêneros e indicam que 19,3% das famílias chefiadas por mulheres estão expostas a fome, enquanto para os homens esse percentual reduz para 11,9%. Essa diferença é maior quando comparada com 2020 (REDE PENSSAN, 2022).

Os resultados mostram que a insegurança alimentar e nutricional entre famílias com mulheres como responsáveis, se insere em um contexto mais amplo de vulnerabilidade social. Essas famílias estão expostas a vários outros fatores que caracterizam uma situação ou um estado de vulnerabilidade, entre eles: condições socioeconômicas deficitárias, meio ambiente degradante, escolaridade baixa, moradores de periferias urbanas, desemprego, entre outros.

Existe a rede de apoio que a mulher pode contar em caso de necessidade urgente. Segundo o Instituto Federal de Brasília (IFB) (2020), Rede de Apoio ocorre quando pessoas, grupos, comunidades e instituições estão dispostas a ajudar quem está necessitado. Geralmente a Rede de Apoio entra em ação quando um indivíduo se encontra com um problema que sozinho não consegue resolver, este indivíduo então recorre à rede de Apoio mais próxima.

Devido a situação de vulnerabilidade social e escassez de recursos que essas famílias vivem, muitas delas acabam sendo amparadas por redes de apoio que atuam no bairro. No caso das mulheres entrevistadas elas informaram que essa ajuda que recebem, como de cestas básicas, são fornecidas por familiares próximos, amigos, igrejas e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Norte de Foz do Iguaçu, localizado no bairro Cidade Nova.

## **5. METODOLOGIA**

Este trabalho possui uma abordagem de natureza descritiva qualitativa, incluindo uma revisão bibliográfica sobre as temáticas envolvidas na pesquisa, buscando apresentar a situação de segurança alimentar e nutricional de famílias que são beneficiadas por programas de transferência de renda. O foco da realização deste estudo são mulheres que desempenham funções de liderança em famílias que são integrantes de algum tipo de programas social desenvolvido pelo governo nas esferas municipal, estadual e federal (CAVALER et al).

Para tanto, foi escolhido como local um bairro que se localiza na região norte do município de Foz do Iguaçu-PR. A execução desse trabalho iniciou em março de 2022, tendo sido encerrado em julho do mesmo ano. Esse local situa-se nas proximidades da Universidade de Integração Latino Americana (UNILA), estando em sua área de influência.

Foram entrevistadas 10 mulheres em seus domicílios, as quais são conhecidas da autora desse trabalho e foram escolhidas por receberem algum tipo de transferência de renda. Foram aplicadas perguntas de entrevista estruturada e de caráter quali-quantitativo, sendo realizada de maneira individual na residência das beneficiadas. Todas as entrevistadas aceitaram prontamente responder as perguntas que foram formuladas de maneira simples e abertas para ocorrer um diálogo livre entre as partes, sempre procurando deixar a entrevistada à vontade para responder ou não cada questão levantada.

Além disso, vale destacar que, foi utilizado um questionário com perguntas pré-definidas (apêndice) e outro sendo o questionário oficial da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) da Rede Penssan (2022) (anexo), para realização da avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional das famílias. Esse questionário foi direcionado como uma conversa informal, sendo gravado para posteriormente ser transcrito para o meio digital. Para preservar a identidades das entrevistadas, elas foram identificadas nessa pesquisa através de numeração de 1 a 10.

Essas mulheres foram selecionadas levando em consideração que residem nas proximidades geográficas da Universidade, facilitando a realização da pesquisa, e pelo fato de serem beneficiadas por um projeto de ação solidária da igreja Adventista do Sétimo dia no bairro escolhido, no qual sou membro, e possuo relação de amizade com elas. A Ação Solidária Adventista (ASA), desenvolve iniciativas solidárias e de serviços de assistência social com a igreja local, de uma maneira organizada. A principal preocupação do projeto é com a Segurança Alimentar da população que vivem próximo a igreja.

## **6. SITUAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR DAS ENTREVISTADAS**

As mulheres entrevistadas tem entre 20 a 73 anos, a maioria delas tem pouca escolaridade, inclusive algumas são analfabetas, não tiveram oportunidade de frequentar uma escola. A maior parte das mulheres vivem com os filhos (as) e são responsáveis solo por elas. As entrevistadas recebem transferência de renda, parte delas recebe o Benefício de Prestação Continuada e a outra parte recebe o Auxílio Brasil (antigo Bolsa família).

Durante a entrevista notou-se que as mulheres entrevistadas não sabiam ou preferiram transparecer que não compreendem o que é nutrição, como disse uma delas:

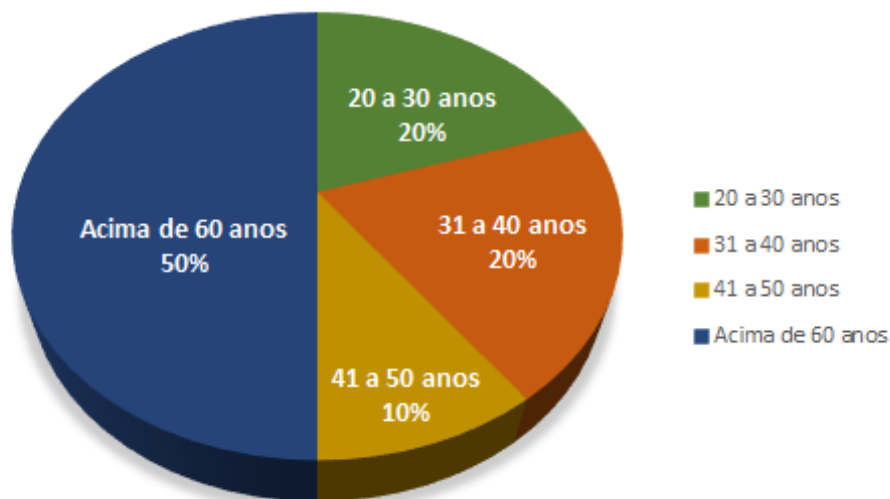
“Não sei o que é isso. Isso é aquilo que faz mal pra gente? Não pode comer?”  
(Entrevistada 1 - 73 anos)

A maioria ou pode-se dizer que todas as mulheres acreditam que comer diariamente feijão e arroz é o suficiente para manter um indivíduo saudável. Elas também veem a carne como um alimento completo, mas que não tem condições de comprar para comer todos os dias, então só compram às vezes quando possuem condições financeiras.

“Eu acho que é importante ter sempre feijão e arroz para comer, eu faço de tudo para não faltar. A carne também é importante, mas não tenho dinheiro para comprar, aí só compro quando sobra dinheiro.” (entrevistada 5 – 27anos)

É importante destacar que, através das entrevistas foi possível conhecer melhor o perfil das mulheres em vários aspectos como a faixa etária (gráfico 1), formação educacional (gráfico 2), se vivem sozinhas com os filhos ou tem marido (gráfico 3) e quais são os benefícios sociais que recebem (gráfico 4), entre outras informações.

**Gráfico 3 – Faixa etária das mulheres entrevistadas**



Fonte: A autora

A partir do gráfico 3 percebe-se que 50% das mulheres que foram entrevistadas possuem mais de 60 anos de idade, fator esse influenciado por terem relatado que trabalharam no campo, sem registro na carteira de trabalho e depois de certa idade, não conseguiram se aposentar, tendo então que utilizar o benefício de prestação continuada (BPC).

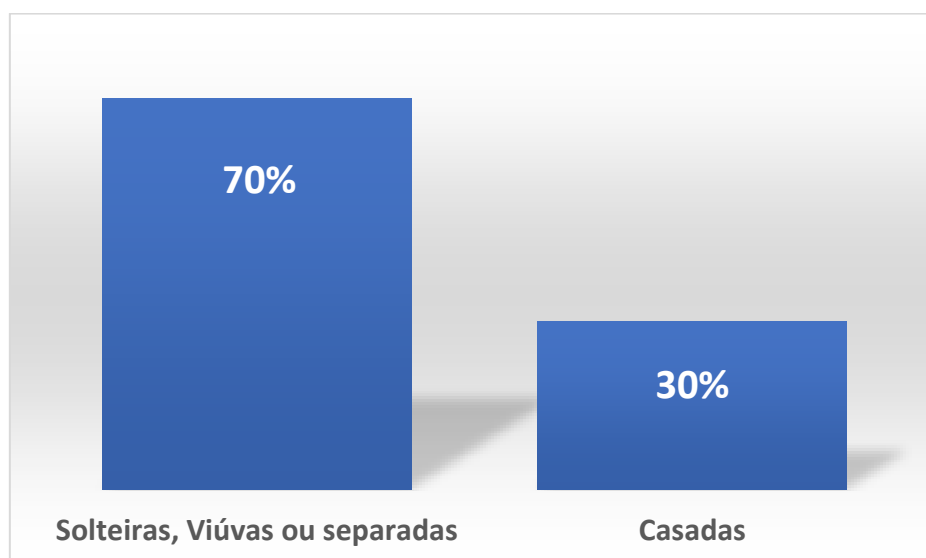
**Quadro 1 – Escolaridade das mulheres entrevistadas**

Escolaridade	Mulheres	Porcentagem
Analfabeta	3	30%
Ensino Fundamental Incompleto	3	30%
Ensino Fundamental Completo	1	10%
Ensino Médio	3	30%
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100%</b>

Fonte: A autora

Foi possível constatar na entrevista que das seis mulheres que informaram ser analfabetas ou com ensino fundamental incompleto, ou seja 60% da amostra, apenas uma tem menos de 50 anos, as outras cinco possuem mais de 65 anos de idade. E das três mulheres que informaram possuir o ensino médio completo, todas possuem menos de 35 anos de idade.

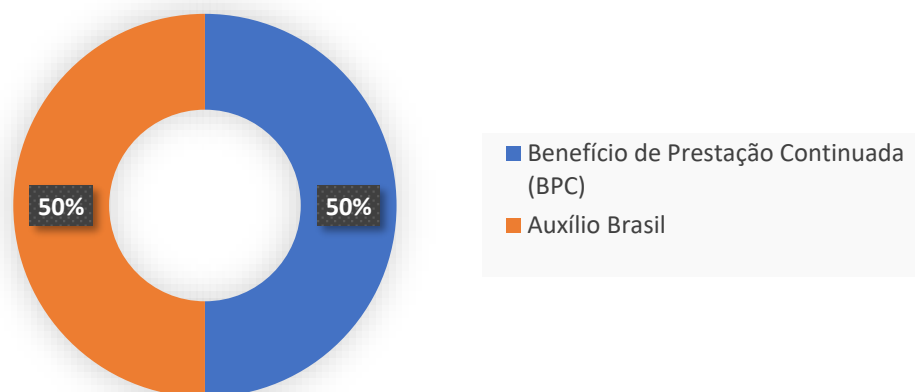
**Gráfico 4 – Estado civil das mulheres entrevistadas**



Fonte: A autora

No gráfico 4, nota-se que apenas 30% das entrevistadas são casadas e podem contar com a presença do cônjuge para auxiliar nas despesas da casa. Porém, a maioria, ou seja, 70% das mulheres, são solteiras, viúvas ou separadas e não contam com a presença de um companheiro em casa para contribuir financeiramente, e devido as condições sociais de pobreza que vivem, evidencia-se assim a importância do benefício social para auxiliar na segurança alimentar da família.

**Gráfico 5 – Benefícios sociais recebidos pelas entrevistadas**



Fonte: A autora

Os dois programas de transferência de renda que foram citados nas respostas foram o BPC e o Auxílio Brasil. As entrevistadas relataram que apesar de não ser muito o valor recebido, os benefícios constituem uma renda importante que auxilia na compra de alimentos e pagamentos das contas da casa.

Vale ressaltar também, que uma pergunta relacionada a saúde e qualidade de vida, e que todas responderam negativamente quando perguntadas se possuíam, foi sobre a presença de esgoto instalado na residência. O que representa uma ausência de políticas públicas de saneamento básico no bairro.

Foram entrevistadas cinco mulheres com mais de sessenta anos, sendo três analfabetas. Elas disseram que:

“Não estudei porque quando chegou a idade de ir eu para a escola, minha mãe teve um bebê e eu não fui para a escola para cuidar dos outros irmãos pequenos. Eu fiquei responsável de cuidar da casa também, tinha que limpar a casa e lavar roupa. Depois me casei e fiquei cuidando da minha casa e dos meus filhos” (Entrevistada 1 - 73 anos).

“Eu morava longe da escola e meu pai não permitiu que eu fosse estudar, pois precisava ajudar nos afazeres da casa e das crianças. Depois que me casei daí ficou mais difícil ainda, tem que trabalhar cuidar da casa e dos filhos. Hoje sou velha e a cabeça não ajuda” (Entrevistada 10 - 66anos).

“Morava no sítio, e naquele tempo não tinha escola como tem hoje, era muito difícil, minha família não tinha carro. Para ir à cidade meu pai ia a pé, saia cedo e voltava só a noite. Quando vim morar na cidade já tinha os filhos e precisava trabalhar para comprar comida.” (Entrevistada 6 - 76 anos).

Uma das mulheres aprendeu a ler com o pai e mais tarde teve a oportunidade de frequentar as aulas do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), ela conta que:

“Eu aprendi a ler com meu pai, ele tinha uma cartilha para me ensinar e me dava tarefa para eu fazer, ai de mim se eu não fizesse. Então eu aprendi com meu pai bastante coisa, e também fui nas aulas do Mobral, mas era muito cansativo, pois eu tinha que trabalhar e cuidar dos filhos. Não deu certo, e tive que parar de estudar.” (Entrevistada 4 - 70 anos).

Outra participante frequentou a escola até o 4º ano do Grupo Escolar, ou seja, ela frequentou o ensino fundamental, depois teve que parar, pois não tinha como ir à escola que ficava longe de casa e não havia transporte. Ela diz que

“Eu estudei até o quarto ano, sei ler e fazer contas, sou eu que faço tudo aqui em casa, não tenho ninguém para me ajudar. Quanto eu terminei o quarto ano, eu ia estudar no ginásio daquela época, não tinha perto de casa, e daí não fui mais estudar. Mas eu me viro com que eu sei.” (Entrevistada 7 - 80 anos).

As cinco mulheres foram trabalhadoras rurais, exerceram a função sem registro, e no momento de se aposentar não havia contribuição na previdência e por isso hoje elas recebem o auxílio do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Entre as entrevistadas, uma mulher de 45 não frequentou escola e por isso não sabe ler. Ela conta que:

“Eu não estudei porque era a maneira que a minha família vivia, meus pais não sabiam ler nem escrever, eles diziam que vivam bem sem estudar que não era importante estudar. Também morava longe da escola. Depois que eu cresci, tinha que trabalhar para ajudar minha mãe com as contas em casa. Daí casei tive filhos, não conseguia fazer tudo, parece que o tempo era pouco. Meu marido me abandonou com as crianças e a situação piorou ainda mais pra mim. Foi uma época muito difícil, não foi fácil trabalhar fora, manter a casa limpa e educar os filhos” (Entrevistada 9 - 45 anos).

Ela recebe o benefício do Programa Auxílio Brasil, que ela ainda chama de Bolsa Família.

Uma das mulheres com trinta e três anos diz que estudou o ensino fundamental no Paraguai e que sabe ler e escrever em português. Ela diz que:

“Eu morava no Paraguai quando era criancinha, estudei lá, é o mesmo estudo que as crianças aprendem aqui na escola” (a entrevistada aponta para a escola municipal Jorge Amado), “depois vim embora para o Brasil casei muito cedo tive filhos, não estudei aqui no Brasil, mas sei ler e escrever em português também.” (Entrevistada 8 - 33 anos).

As outras três tem ensino médio completo. Segue a fala delas.

“Terminei o ensino médio agora no ano passado, eu acho. Meu sonho de fazer uma faculdade, mas no momento não é possível pois tenho que cuidar dos filhos que ainda são pequenos.” (Entrevistada 5 -27 anos).

“Eu terminei o ensino médio com vinte anos. Estava grávida e não pode mais estudar para cuidar do meu neném, quando meu primeiro filho tinha três anos tive outro bebê, aí piorou a situação, impossível voltar a estudar, tenho que



trabalhar para por comida na mesa para as crianças.” (Entrevistada 3 - 30 anos).

“Menina! Faz quinze anos que parei de estudar, nossa! Como o tempo passa. Tinha vinte anos na época. Não continuei estudando porque precisava trabalhar e cuidar das crianças. Elas tomam um tempão da gente. Não tinha com quem deixar as crianças, por isso parei, mas vou voltar estudar sim. Meu sonho é fazer faculdade, mas tenho que aguardar meu pequeno crescer mais um pouco.” (Entrevistada 2 - 35 anos).

Destaca-se que a escolaridade baixa, inclusive com a presença de analfabetas, é um dos aspectos impeditivos para o acesso ao mercado de trabalho com salários que propiciariam a saída dos programas sociais, contribuindo dessa forma, para permanecer no ciclo da pobreza e dependência dos recursos sociais do governo para garantirem o mínimo de alimentação diária para suas famílias.

Nota-se que, para mudar essa situação, as famílias deveriam ser acompanhadas de programas de formação educacional e profissional para elas e para as crianças pois o principal impeditivo das mulheres de trabalhar é o cuidado que devem dar as crianças. Dando a essas famílias condições adequadas para que essas pessoas “quebrem” o ciclo da pobreza.

Todas as mulheres responderam que se esforçaram ou se esforçam para que os filhos estudem o máximo possível.

“Eu quero que meus filhos estudem, eles não podem faltar na aula sem ter motivo, pois eu perco o auxílio e não podemos perder essa renda.” (Entrevistada 9 - 45 anos).

“Meus filhos vão pra escola, é aqui do lado, não tem por que eles faltarem na aula. Só falta quando estão doentes mesmo. É bom que eles vão, lá tem comida boa pra eles, aí eu não me preocupo tanto com o que vão comer em casa.” (Entrevistada 8 - 33 anos).

“Eu quero que meus filhos estudem para ser alguém na vida já que eu não pude estudar. Imagina se eu pudesse fazer faculdade junto com eles, seria engraçado, e estudaríamos juntos.” (Entrevistada 5 - 27 anos).

“Eu preciso que eles estudam certinho, para não perder o auxílio e pra eles aprenderem a ser gente de verdade e não passar necessidade na vida, que só estudando a pessoa consegue melhorar de vida. Por isso eu quero que eles fiquem na escola.”(Entrevistada 3 - 30 anos).

“Aaafeeee menina! Tem que estudar sim. Não quero nenhum filho meu por aí nas ruas do bairro andando em bando. Na escola é mais seguro, além de aprender, se afasta das más companhias. E também preciso manter eles na escola pois recebo o auxílio do governo e as crianças não podem faltar na escola sem motivo que eles cortam, não recebe mais o dinheiro, depois para voltar a receber e muito complicado, então é melhor fazer tudo certinho como eles mandam fazer que não dá problema.” (Entrevistada 2 - 35 anos).

A quantidade de moradores se diferencia em cada família. Na casa de três entrevistadas moram três pessoas em cada uma delas. Elas dizem que:

“Aqui em casa moramos em três pessoas, eu meu marido e a minha filha. Nossa casa tem cinco peças. Limpamos a casa juntos cada um faz alguma coisa, na verdade meu marido faz de tudo, principalmente passar roupa, é só ele que passa roupa aqui eu não me preocupo com isso, o resto vamos fazendo devagarzinho.” (Entrevistada 1 - 73 anos).

“Nós moramos em três, duas mulheres e um homem, eu que limpo a casa e faço a comida, meu marido cuida das coisas lá fora. Nossa casa agora tem oito cômodos, Cozinha, banheiro, sala, dois quartos, duas áreas uma na frente e outra aqui atrás e essa peça para guardar as coisas da hortinha.” (Entrevistada 10 - 66anos).

“Moramos em três, eu que limpo a casa. Estou ensinando as crianças a manter a casa organizada, para no futuro elas me ajudarem, mas não é fácil, aos poucos elas aprendem. Nossa casa tem três peças é pequeninha, mas está bom pra nós três.” (Entrevistada 3 – 30 anos).

Em uma casa moram em cinco pessoas todas mulheres, a casa tem cinco cômodos. Ela diz que:

“Aqui é a casa das cinco mulheres, não tem homem aqui, depois que meu marido morreu ficamos só nós. Eu sou a mais velha e a mais novinha é a

minha bisneta com 2 aninhos. Eu ponho a comida na mesa e elas limpam a casa.” (Entrevistada 4 - 70 anos).

Em uma casa moram em seis pessoas, cinco mulheres e um homem, e a casa tem três cômodos. A entrevistada disse que esta situação é temporária.

“Nós estamos morando em seis pessoas, mas é porque não tem onde eles ficarem, por enquanto ficam aqui, mas não a pra ficar pra sempre a casa só tem três peças é muito pequena, depois que eles se ajeitarem, aí fica eu e meus filhos só.” (Entrevistada 5 - 27 anos).

Em outras três casas moram em quatro pessoas, e elas falam que:

“Eu sou a única mulher nessa casa, nós moramos em quatro pessoas, a casa tem cinco peças, dois quartos, cozinha sala e banheiro e é só eu que faço a limpeza da casa e do pátio eu que cuido de tudo.” (Entrevistada 9 - 45 anos).

“Moramos em quatro, eu minha filha, meu filho e meu neto. A casa é pequena pra nós, tem só três peças, precisava ser um pouco maior, mas tá bom assim, melhor que nada.” (Entrevistada 7 - 70 anos).

“Eu moro com meus três filhos, nossa casa tem três peças e é fácil de limpar e cada um se responsabiliza em organizar suas coisas.” (Entrevistada 2 - 35 anos).

Tem uma casa que moram apenas duas pessoas, uma mulher e um homem e a casa tem seis cômodos. Ela disse:

“A casa hoje é grande pois meus filhos casaram e foram cuidar da vida. Só ficou um filho morando comigo.” (Entrevistada 6 - 76 anos).

Em uma casa moram dez pessoas, cinco homens e cinco mulheres, a casa tem cinco cômodos.

“Então né irmã, aqui nós moramos em dez pessoas, tem muita criança, a vida não tá fácil. Estamos trabalhando com recicláveis e temos várias contas a pagar, tá bem difícil. Mas Deus não deixa faltar a comida no prato”. (Entrevistada 8 - 33 anos).

## 6.1 GRAU DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E PERFIL SOCIOECONÔMICO

O grau de insegurança alimentar das famílias representadas pelas mulheres entrevistadas pode ser classificado através da escala EBIA, conforme pode ser visto abaixo.

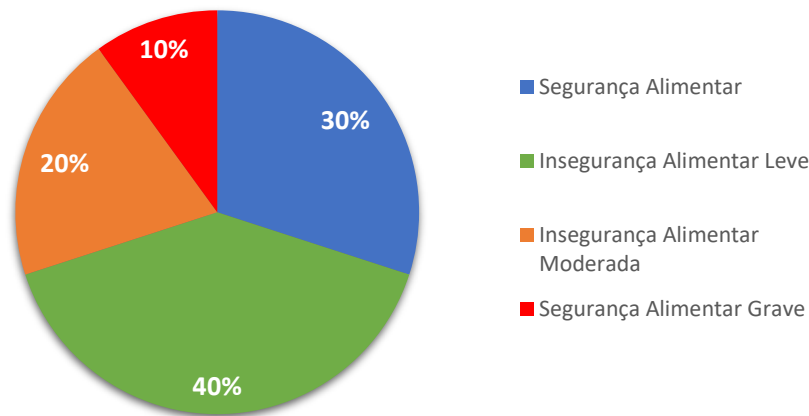
**Quadro 2 – Pontuação para classificação do nível de insegurança alimentar segundo número de respostas afirmativas à Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)**

<b>Classificação do grau de Insegurança Alimentar do domicílio</b>	<b>Domicílios com, pelo menos, um morador com menos de 18 anos de idade</b>	<b>Domicílios somente com moradores de 18 anos ou mais de idade</b>
Segurança Alimentar	0 pontos	0 pontos
Insegurança Alimentar Leve	1 a 5 pontos	1 a 3 pontos
Insegurança Alimentar Moderada	6 a 10 pontos	4 a 6 pontos
Insegurança Alimentar Grave	11 a 14 pontos	7 a 8 pontos

Fonte: (SILVA; SOUZA; PASCOAL; SOARES, 2016)

De acordo com as respostas afirmativas das entrevistadas no questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), foi possível constatar o grau de insegurança alimentar (gráfico 6).

**Gráfico 6 - Grau de Insegurança Alimentar das Mulheres Entrevistadas**



Fonte: A autora

Nota-se que 30% das mulheres estão em situação de segurança alimentar, segundo a percepção das entrevistadas e 40% em Insegurança Alimentar Leve, porém percebe-se que as mulheres que estão em situação de Segurança Alimentar estão recebendo o Benefício da Prestação Continuada que o valor é um salário-mínimo mensal e tem menos moradores na residência. As mulheres que estão vivendo em Insegurança Alimentar leve têm como principal preocupação não ter dinheiro para comprar mais alimentos variados para a família, pois só compram variedades de alimento uma vez por mês, quando recebem o benefício do governo. Ou seja, muitas não possuem a percepção adequada do que significa segurança alimentar.

É importante ressaltar que 20% das entrevistadas estão em Insegurança Alimentar moderada e, 10% delas estão em insegurança alimentar grave. Essas mulheres são mais jovens e com filhos pequenos, recebem cesta básica e dependem do Auxílio Brasil como renda principal da família. Elas trabalham poucas horas por semana, pois precisam cuidar das crianças, o que as impede de trabalhar com registro na carteira, por isso acabam trabalhando na informalidade como diarista ou recicladora. Observa-se que as mulheres entrevistadas que recebem o Auxílio Brasil, uma trabalha com reciclados, as demais relataram que trabalham fazendo faxina em residência para agregar valor na renda que vem do governo. As mulheres que vivem em Insegurança Alimentar Grave relatam que precisam enfrentar diariamente a falta de alimentos.

## 6.2 PERCEPÇÃO DAS MULHERES TITULARES DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA EM RELAÇÃO À SAN

Para as beneficiárias do auxílio Brasil o valor que é repassado do governo é insuficiente, pois o valor recebido não é o bastante para que possam comprar alimentos para passar o mês. Elas dizem que:

“O valor que o governo paga é pouco, não consigo comprar tudo, mas sem ele seria muito pior,” (Entrevistada 5 - 27).

“O dinheiro que recebo do auxílio é muito bom, me ajuda bastante, mas não consigo comprar alimentos variados, comemos o básico que é arroz e feijão, carne só uma ou duas vezes por mês, fruta, legumes e verdura é muito difícil.” (Entrevistada 3 - 30 anos).

“Não sei o que seria de mim sem o auxílio. Sem o auxílio seria muito difícil sobreviver. por mais que seja pouco ele ajuda para comprar o mais básico que é o arroz, feijão, macarrão e o pão.” (Entrevistada 2 - 35 anos).

Já quem recebe Benefício de Prestação Continuada relata que o benefício mudou sua vida para melhor. Além de possibilitar o acesso aos alimentos foi possível variá-los também. O relato das entrevistadas revelou que receber o BPC colaborou no sentido de ter uma vida mais saudável, por não ter que se preocupar mais se vai ter comida diariamente. Diz a entrevistada.

“essa preocupação ficou no passado” (Entrevistada 1 - 73 anos)

## 6.3 O IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DE PROGRAMAS SOCIAIS

As mulheres titulares do Benefício de Prestação Continuada mencionaram que continuaram recebendo a renda e não tiveram dificuldades em

adquirir alimentos. Porém, algumas das dificuldades encontradas foram com as restrições impostas pelos decretos governamentais em virtude da pandemia da Covid-19, em que foi restringida a mobilidade de crianças e idosos em locais públicos, como supermercados e feiras. Em vista disso, muitos deles passaram a depender de outras pessoas, como familiares, amigos e vizinhos, para conseguir comprar seus alimentos, e garantir seu sustento.

Algumas mulheres entrevistadas, que não sofreram restrições de locomoção durante a pandemia, disseram que não tiveram dificuldades, pois o básico nunca faltou, segundo elas, feijão e arroz sempre esteve presente na mesa delas. Já outras descreveram que ficaram sem trabalho e com muitas dificuldades de adquirir alimentos, sendo auxiliadas por cestas básicas entregues por instituições religiosas como o departamento da Ação Solidária da igreja Adventista do Sétimo dia.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os caminhos em busca da construção de uma sociedade justa e sem desigualdades sociais, que proporcione condições mínimas de qualidade de vida às pessoas, garantindo todos os aspectos que envolvem a segurança alimentar e nutricional de um povo, constituem-se num grande desafio.

O Brasil é um país em desenvolvimento, que apresenta grandes mazelas sociais com raízes históricas relacionadas à má distribuição de renda, ocasionando nos dias atuais um panorama de fome e pobreza que atinge uma grande faixa da população brasileira. Essa situação agravou-se nos últimos anos devido aos impactos socioeconômicos causados pela pandemia da Covid-19 e representa um grande obstáculo a ser superado, para que seja possível transformar o país em nação rica, próspera e de referência mundial.

Através de reflexões a respeito dessa situação brasileira, a pesquisa apresentou uma breve perspectiva a respeito da importância da Segurança Alimentar e Nutricional como forma de garantir o direito de qualquer pessoa ao pleno desenvolvimento humano, através do acesso a alimentação saudável, e também, contribuir para o crescimento e desenvolvimento do país.

Com vistas a aprofundar nesse debate, a pesquisa destacou algumas ações governamentais que têm sido realizadas no Brasil, através da utilização de programas de transferência de renda, em que a mulher, devido a sua posição de referência no lar, possui papel central nesse processo de distribuição de recursos, visando serem utilizados para o fim a que se destinam.

Com base nesse contexto, o objetivo desse trabalho foi apresentar a situação de insegurança alimentar e nutricional de um grupo de famílias que são beneficiadas por programas de transferência de renda em Foz do Iguaçu-PR, associando essa condição ao perfil de mulheres que são chefes de famílias.

Através da metodologia utilizada, foi possível apresentar a situação de SAN dessas famílias, demonstrando que, embora essas mulheres recebam recursos financeiros, de programas de transferência de renda, grande parte delas está em situação de insegurança alimentar. Porém, essa renda social recebida, possui grande relevância para a realidade de pobreza que vivem, auxiliando as famílias beneficiadas a ter alimentos em casa, embora não com variedade e quantidade, pois o valor monetário distribuído não é suficiente.

Além disso, vale destacar que, os dados dessa pesquisa de campo realizada mostraram que a condição de vida dessas mulheres que recebem algum tipo de renda do governo tende a melhorar, apesar de não atingir a Segurança Alimentar e Nutricional esperada. Em alguns casos, foi possível perceber que sem esse auxílio financeiro a situação dessas famílias seria de pobreza extrema.

Ao analisar a situação das mulheres que recebem o Auxílio Brasil, percebeu-se que essas são as que enfrentam as maiores dificuldades, tanto financeiras como para acessar alimentos variados. Elas são mais jovens, possuem a responsabilidade de sustento e educação dos filhos, e ficam em muitos casos, impossibilitadas de trabalhar formalmente, tendo que recorrer aos programas sociais do governo para compor a renda que vai auxiliar na sua subsistência e de sua família.

Com base nas informações obtidas na amostra, foi possível constatar que, a maioria das mulheres, ou seja, 70% vivem em algum grau de insegurança alimentar. Isso demonstra a situação de vulnerabilidade social que vivem essas famílias, desprovidas do básico de alimentos e nutrientes para o desempenho diários de suas funções e crescimento pessoal.



É importante ressaltar que, quando avaliada a percepção das beneficiárias acerca dos programas sociais em relação à segurança alimentar, constatou-se que as mulheres valorizam o benefício que recebem, pois dependem dele para viver. Porém, percebe-se que elas não possuem noções básicas do que significa viver com qualidade de vida e alimentação saudável balanceada, usufruindo dos benefícios que a SAN pode fornecer para ela e sua família. Isso ocorre devido ao contexto social que vivem, baixa ou nenhuma escolaridade e também por viverem na maioria dos casos sozinhas ou em famílias desestruturadas, conforme visto no gráfico 4.

Outro aspecto que precisa ser mencionado é o fato de que a Pandemia da Covid-19 teve um forte impacto sobre a SAN das mulheres entrevistadas. Pois a maioria não teve acesso aos alimentos seja por falta de dinheiro ou pelo isolamento social imposto sobre a sociedade.

Portanto, através do estudo realizado, foi possível perceber que além dos programas sociais serem importantes ferramentas de distribuição de renda e de combate à fome para as famílias que vivem em situação de pobreza, as mulheres desempenham papel essencial no cumprimento dos objetivos propostos por essas políticas públicas. Porém, esses programas de transferência de renda são insuficientes para garantir a SAN, e não contribuem significativamente para mudança da situação de pobreza das famílias.

Por fim, mesmo sendo insuficientes, os programas de transferência de renda têm a aprovação das pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social. Isso ocorre devido à percepção limitada de SAN que possuem e pela situação de dependência do benefício, pois em muitos casos é a principal fonte de renda da família.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Camilla *et al* (ed.). **Algumas palavras sobre rede de apoio**. Instituto Federal de Brasília. 2020. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/reitori/24798-algumas-palavras-sobre-rede-de-apoio>. Acesso em: 28 jun. 2022.

ARANHA, Adriana Veiga. **Fome Zero: uma história brasileira. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. V1. 2010. p. 188-188. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022

BATISTA FILHO, Malaquias. Da fome à segurança alimentar: retrospecto e visão prospectiva. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 19, p. 872-873, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/NbH7mthZm9dQVCmwX3BXRm/?stop=previous&format=html&lang=pt> Acesso em: 02/06/2022

BEZERRA, Mariana Silva *et al*. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3833-3846, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/vpGZNFNcKySWVrVy4KR3Gtc/?lang=pt> Acesso em: 21 jun. 2022

BRASIL. **Constituição do Brasil**. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL, Agência. **Pesquisa: fome é mais frequente em famílias chefiadas por mulheres**. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2021-06/pesquisa-fome-e-mais-frequente-em-familias-chefiadas-por-mulheres>. Acesso em: 03 fev. 2022

BRASIL. Agência Câmara de Notícias. **Levantamento mostra que fome provocada pela pandemia atinge 19 milhões de brasileiros**. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/762905-levantamento-mostra-que-fome-provocada-pela-pandemia-atinge-19-milhoes-de-brasileiros/>. Acesso em: 03 fev. 2022.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: O Dilema do pão e o aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbmXnZW9ncmFmaWFkb2JhcmF0YXxneDoxYTg2NjJkZGFjNmEwZjI1>. Acesso em: 30 maio 2022.

CAVALCANTE, Hayanne Rodrigues Carniel et al. DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO COMO LIBERDADE: PROGRAMAS DE COMBATE À FOME E O PANORAMA BRASILEIRO. **NOVOS DIREITOS**, v. 6, n. 2, p. 49-74, 2019. Disponível em: <http://revistas.unifan.edu.br/index.php/RevistaCJ/article/download/566/445> Acesso em: 12 de jun. 2022

COSTA, Carmen Helena Tavares Silva. A importância da mulher na segurança alimentar e redução da pobreza: estudo de caso no concelho de Santa Cruz - Cabo Verde. 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/2054> Acesso em: 06 de julho 2022

DAS NEVES LENQUISTE, Murilo Gabriel Marcelino. COMBATE A FOME NO BRASIL: EVOLUÇÃO LEGAL E PERSPECTIVAS FUTURAS. Intertem@ s ISSN 1677-1281, v. 38, n. 38, 2019. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/Direito/article/download/8270/67649351> Acesso em: Acesso 24 de maio 2022

DE BRITO, Jussara Gomes; COSTA, Elenice Rosa. Titularidade feminina no Programa Bolsa Família: questões de gênero e segurança alimentar. **TROPOS: COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA (ISSN: 2358-212X)**, v. 1, n. 3,

2015. Disponível em:  
[https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/download/185/pdf\\_25](https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/download/185/pdf_25) Acesso  
em: 02/06/2022

DELGROSSI, Mauro et al. A Estratégia Fome Zero do Brasil. Do Fome Zero ao Zero Hunger, p. 20, 2019. Disponível em: <https://ifz.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Do-Fome-Zero-ao-Zero-Hunger.pdf#page=28> Acesso em: 30 maio 2022.

ENGEL, Wanda. **Programas de transferência de renda são o primeiro passo para reduzir pobreza no Brasil, diz ex-ministra.** 2022. Disponível em: <https://www.oliberal.com/politica/programas-de-transferencia-de-renda-sao-o-primeiro-passo-para-reduzir-pobreza-no-brasil-diz-ex-ministra-1.547161>. Acesso em: 22 jun. 2022.

FLECK, Ana Cláudia; WAGNER, Adriana. A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. *Psicologia em estudo*, v. 8, p. 31-38, 2003. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/pe/a/yJ7FJKchnyMrnhgPPp463yc/?format=pdf&lang=pt>  
Acesso em: 02 junho 2022

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação. 1996. Disponível em:  
<https://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm#:~:text=Existe%20seguran%C3%A7a%20alimentar%20quando%20as,uma%20vida%20activa%20e%20s%C3%A3>  
A3. Acesso em: 24 de maio 2022

GT AGENDA 2030. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda. Relatório Luz. 2017. Disponível em:  
<https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2017/10/relatorio-luz-completo.pdf>. Acesso em: 08 julho 2022

GOV.BR,2021. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.061, DE 9 DE AGOSTO DE 2021. Disponível em:<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.061-de-9-de-agosto-de-2021-337251007>> Acesso em: 12 de julho 2022

IBGE (org.). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios segurança alimentar.** 2014. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/pdf/sumario\\_148.pdf](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/pdf/sumario_148.pdf). Acesso em: 23 jun. 2022.

IFB. Algumas palavras...sobre rede de apoio. 2020. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/reitori/24798-algumas-> Acesso em: 20 jun.2022

MACHADO, Mick Lennon *et al.* **Adequação normativa dos planos estaduais de segurança alimentar e nutricional no Brasil.** 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00206716>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco; MARQUES, Susana Bleil. Caderno “segurança alimentar”. Paris: Fhp, 2000. Disponível em: [http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/seguranca+alimentar\\_000gvxlxe0q02wx7ha0g934vgwlj72d2.pdf](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/seguranca+alimentar_000gvxlxe0q02wx7ha0g934vgwlj72d2.pdf). Acesso em: 20 jun. 2022.

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. Transferência de renda no Brasil. Novos estudos CEBRAP, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/9MsRz9SGmRMwJ7zLhRCdgsL/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 01/06/2022.

MOSTAFA, Joana; SÁTYRO, Natália GD. Cadastro Único: um Cadastro. 2014. Disponível em: <http://ipcig.org/sites/default/files/pub/pt-br/IPCOnePager250.pdf> Acesso em: 07/04/2022

OLINGER, Glauco. Segurança alimentar: desafio 2050. Agropecuária Catarinense, v. 28, n. 1, p. 14-16, 2015. Disponível em:

<https://publicacoes.epagri.sc.gov.br/RAC/article/download/169/78> acesso em 02/06/2022

REDE PENSSAN. Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2022

RODRIGUES, L. R. A fome no Brasil: elementos sobre configurações e formas de enfrentamento. São Luís–MA, v. 23, 2005. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina\\_PGPP/Trabalhos2/Leide\\_Rejane.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Leide_Rejane.pdf) Acesso 24 de maio 2022

SCHAPPO, Sirlândia. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da covid-19. SER Social, v. 23, n. 48, p. 28-52, 2021. Disponível em: [https://cisama.sc.gov.br/assets/uploads/6edaf-artigo\\_fome\\_inseguranccca7aalimentar.pdf](https://cisama.sc.gov.br/assets/uploads/6edaf-artigo_fome_inseguranccca7aalimentar.pdf) Acesso em 01/06/2022

SILVA, José Graziano da (coord.) et al. **Do Fome Zero ao Zero Hunger: uma perspectiva global**. Roma. FAO.2019. Disponível em: <https://ifz.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Do-Fome-Zero-ao-Zero-Hunger.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2022

SILVA, Cassiano Oliveira da; SOUZA, Daurea Abadia de; PASCOAL, Grazieli Benedetti; SOARES, Luana Padua (org.). **Segurança alimentar e nutricional**. Rio de Janeiro: Rubio Ltda, 2016. (ISBN 978.85.64956-81-0).

UNICEF. **Má alimentação prejudica a saúde de milhões de crianças em todo o mundo, alerta o UNICEF**. 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/ma-alimentacao-prejudica-saude-das-criancas-em-todo-o-mundo-alerta-o-unicef>. Acesso em: 06 fev. 2022.

VIGISAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2021. Disponível em:  
<https://static.poder360.com.br/2021/10/inseguranca-alimentar-no-Brasil.pdf>  
Acesso em: 12 mar. 2022

WAGNER, Adriana et al. Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 21, n. 2, p. 181-186, 2005. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/ptp/a/CJVRspHg8yj8CBKz7RDWDgy/?format=pdf&lang=pt>  
Acesso em 02/06/2022

## APÊNDICE

### QUESTIONÁRIO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS

- 1 - Qual é o seu estado Civil?
- 2 - Você estudou?
- 3 - Estudou até qual idade?
- 4 - Outros membros da casa também estudaram?
- 5 - Você recebe algum benefício social do governo? Caso sim, qual benefício?
- 6 - Quantas pessoas moram na sua casa?
- 7 - Quantos são Homens e quantas são Mulheres na residência?
- 8 - Quantos cômodos existem na sua residência?
- 9 - Quem limpa a casa?
- 10 - O que vocês comem diariamente?
- 11 - Durante o período da pandemia, a família teve dificuldades para comprar alimentos?
- 12 - A casa possui fossa séptica ou esgoto?



## ANEXOS

### QUESTIONÁRIO EBIA

1 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?	8 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?
2 - Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?	9 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?
3 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?	10 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?
4 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?	11 - Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?
5 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?	12 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?
6 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?	13 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
7 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?	14 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?